

“Traje português” e Historiografia Novilatina: Damião de Góis e Jerónimo Osório como exceções ao perfil do relutante historiador humanista português

M^a JOSÉ LOPES
Universidade Católica Portuguesa - CEFH¹
mlopes@braga.ucp.pt

Resumo: A ordem real de editar o *De rebus Emanuelis gestis* foi crucial contra a enraizada excusa dos humanistas lusos à historiografia, mas é destacável o papel do autor do texto-base, Damião de Góis, que se afastou da “apagada e vil tristeza” pelo temperamento apaixonado e experiência internacional.

Palavras-chave: Jerónimo Osório, Damião de Góis, Expansão Portuguesa, Historiografia Humanística

Abstract: The publication of *De rebus Emmanuelis Gestis*, by royal command, was a crucial move against the Portuguese humanists’ entrenched unwillingness to engage in the writing of history. However, Damião de Góis, the author of the original text, was notable for his avoidance of what Camões called ‘apagada e vil tristeza’, because of his passionate temperament and international experience.

Keywords: Jerónimo Osório, Damião de Góis, Portuguese Expansion, Humanistic Historiography

Lopo de Sousa Coutinho (c. 1515 - 28/01/1577²), neto do 2.^o conde de Marialva e pai de Frei Luís de Sousa, embarcou muito jovem para a Índia, onde, em 1538,

1 Artigo produzido no âmbito de UID/FIL/00683/2013, Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos 2015-2017, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

2 As notícias sobre a sua vida são escassas e contraditórias. No prólogo (“Prefação da empresa editora”) à edição de 1890 do então raríssimo *Livro primeyro do cerco de Diu, que os Turcos poseram á fortaleza de Diu* é apresentada uma breve biografia extraída da *Bibliotheca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado. Lopo de Sousa Coutinho embarcou muito jovem (c. 18 anos) para a Índia, numa armada capitaneada por Pedro de Castelo Branco (partida em Outubro de 1533), e notabilizou-se pela valentia e prudência. Regressado a Portugal, foi recompensado por D. João III – que o tinha em grande conta – com cargos importantes, como a capitania de S. Jorge da Mina (Coutinho 1890: 233-234). Inocêncio Francisco da Silva, no *Dictionário Bibliographico Portuguez* (1840: t. V, 192-193), tinha desvalorizado as informações da *Bibliotheca Lusitana* referentes às obras escritas pelo fidalgo – que incluíam traduções de textos latinos, versos de corte e um poema sobre o naufrágio de Sepúlveda –, mencionando apenas este último, para negar a sua autoria.

tomou parte no primeiro cerco de Diu³. Depois de intervir com valentia e acerto nas escaramuças prévias à chegada da armada atacante, e seguidamente nos primeiros embates do sítio, um ferimento grave obrigou-o a uma longa convalescença⁴. Pôde então observar a coragem e espírito de união com que os sitiados suportaram o ataque das forças de iniciativa turca, auxiliadas por tropas do reino muçulmano de Cambaia.

Fidalgo que tinha “numa mão a pena e noutra a lança”⁵, mas sobretudo homem atento ao humano em geral⁶, Lopo de Sousa Coutinho decidiu publicar em português, no ano 1556 – em pleno rescaldo das primeiras crónicas orientais⁷ –,

3 O primeiro cerco de Diu desenrolou-se no segundo semestre de 1538. De início, durante os meses de Junho, Julho e Agosto, o ataque foi assumido por tropas do reino da Cambaia (Khambat ou Gujarat), que levaram os portugueses a refugiar-se na fortaleza. Com a chegada da armada turca, em 4 de Setembro, começaram os preparativos para o ataque às fortificações; em 27 de Setembro, começou a bateria. A batalha, em terra e no mar, terminou em 1 de Novembro, depois de um ataque brutal, quando o almirante turco decidiu afastar-se de Diu devido ao fracasso do cerco e às enormes perdas sofridas, além de recear a chegada da armada da Índia. A partida para o Mar Vermelho ocorreu apenas em 7 de Novembro, porque só então os ventos se mostraram favoráveis, coincidindo com a chegada de meia dúzia de fustas portuguesas que, ao abrigo da escuridão, conseguiram passar pelo quádruplo. O comandante dessa pequena frota tentou arrebatar para si a honra da fuga turca.

4 Vários cronistas (entre os quais não está Damião de Góis) aludem à sua presença em Diu, e ele próprio faz menção, muito sucinta, da sua actividade. Entre outras referências, cito: Lopo de Sousa Coutinho mostrou-se eficiente e empenhado na defesa dos barcos que transportavam abastecimentos e António da Silveira expressou-lhe o seu apreço (Castanheda 1979: vol. II, cap. CLXXXIX, 871); Gaspar Correia, que o introduz mais tarde, em 4 de Agosto, também o elogia (Correia 1975: vol. III, cap. CXIV, 856 e sgg); foi ferido uma primeira vez em 14/08 e regressou pouco depois (“depois que Lopo de Sousa tornou a dar goarda achou hu dia rosalgar nos poços”, Castanheda 1979: vol. II, cap. CLXXXIX, 871); o seu ferimento mais grave acontece em 17 de Outubro (“Ao outro dia dezassete do dito mez, como coubesse o quarto d'alva a Lopo de Sousa Coutinho, com parte dos seus companheiros se foi vigiar em o baluarte dos combates e [...] foi ferido de um pelouro de meia espera pelo ombro e espadua direita, de que recebeu grão ferida, e com as laminas das suas couraças [...] houve outras feridas pelas costas [...]. Até aqui contei o que vi por meus olhos, d'aqui por diante o que ouvi e soube em a cama onde jazia”, Coutinho 1890: 183) e, a partir dessa altura, Lopo de Sousa torna-se num observador à distância, mas sumamente perspicaz e atento a todos os aspectos do cerco.

5 *Os Lusíadas*, V, 96. As palavras de Camões – “referência mítica da cultura portuguesa” e de “toda a vida portuguesa”, na expressão de Eduardo Lourenço – funcionam como um subtexto ainda mais inescapável no enquadramento da Expansão Oriental quinhentista.

6 “É acima de tudo um ser humano curioso, sempre aberto à observação despreconceituosa de outros seres humanos, seus usos e costumes. Tem ainda um grande interesse pela análise do comportamento individual e colectivo, dentro e fora da guerra. É por isso que não resiste à tentação de apresentar figuras pitorescas como o homem de, alegadamente, 350 anos, de comentar as causas da pobreza na Índia ou se enternecer com o amor de um casal de mogores. As suas análises sobre a morte de João da Nova (de medo e tristeza, porque ninguém o queria ouvir, Coutinho 1890: 184), ou sobre o comportamento dos portugueses na retirada da ilha e da cidade, e os comentários sobre a psicologia das tropas e suas reacções às atitudes dos chefes são reveladores de grande perspicácia. É este sentido do factor humano que o leva a descrever longamente Bahadur e a expor as suas atitudes, para que os leitores entendam o clima de desconfiança que despoletou a sua morte, apesar do esforço em contrário dos comandantes portugueses.” (Lopes 2003: 547).

7 O precursor foi Fernão Lopes de Castanheda (c. 1500-1559), um *outsider* que, em 1551, publicou, *sponte sua*, o primeiro volume da *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* (com uma segunda edição, “corrigida”, em 1554). Os volumes II e III apareceram em 1552, o IV e o V em 1553, o VI em 1554; o volume VII foi publicado sem lugar nem data e o VIII – que terminava com acontecimentos de 26/09/1538 (véspera do início da bateria à fortaleza de Diu), apenas em 1561. Os últimos dois volumes, onde seriam narrados os episódios dos cercos de Diu, foram proibidos por ordem da regente D. Catarina, pressionada pelas queixas de nobres afectados sobretudo pelas polémicas do segundo cerco. No caso das *Décadas da Ásia*, de João de Barros (1496-1570), a primeira saiu em 1552, a segunda

o seu testemunho do heróico feito militar, entretanto ultrapassado em fama pela dimensão do Segundo Cerco⁸, ocorrido em 1546. Na origem de tal edição, concretizada dezoito anos depois do acontecimento, parece ter estado a convicção de que dificilmente alguém iria publicar toda a verdade sobre aquele evento:

E em este grosseiro estilo escreverei, não fantasiadas imaginações, nem menos antiguidades mal provadas; vitórias portuguesas sim, havidas dos bem afortunados turcos, não ouvidas ou furtadas a modo de curioso, mas vistas com meus olhos, provadas com vivos, e das estrangeiras nações grandemente exalçadas⁹. Das quais alguns movidos de bom zelo escreveram este famoso cerco de Diu, cujos tratados e volumes se vêem hoje por toda a cristandade. Mas como a tal escritura fosse feita por diversas informações vai toda a matéria destroncada, desvairada em os sucessos, e os nomes ignorados daqueles esforçados cavaleiros, que ali com seus despedaçados corpos ganharam não serem tratados com tal descuido¹⁰.

É bastante provável que um dos alvos de Lopo de Sousa Coutinho seja o opúsculo de Damião de Góis sobre o primeiro cerco de Diu, cuja *editio princeps*, intitulada *Commentarii rerum gestarum in India citra Gangem anno 1538*, viu a luz em cima do acontecimento (1539); e cuja reedição apareceu em 1544, na colectânea *Aliquot Opuscula*, com algumas alterações, entre as quais o título – *Diensis Nobilissimae Carmaniae seu Cambaiae urbis oppugnatio*. Uma das características fundamentais do texto goesiano é precisamente a omissão do nome da maioria dos combatentes, quer portugueses, quer indianos, rumes ou turcos, e a ausência de alusões a participantes “civis”. Embora pareça que o objectivo inicial é enfatizar os dois blocos – *hostes/Turcae* vs. *nostri/Christiani/Lusitani* –, a menção a personagens ausentes, como Luís e Heitor da Silveira, cria um paradoxo evidente. A opção pelo anonimato da maioria dos guerreiros ilustres, com as poucas identificações concentradas no combate final e por vezes trocadas (Lopes 2007: 438 sgg.), contrasta com o procedimento seguido no opúsculo sobre o segundo cerco – *Damiani Goes Equitis Lusitani, de bello Cambaico ultimo commentarii tres*, publicado com mais vagar e sem os intuitos políticos que o anterior ostentava ao ser acompanhado da *De rebus, et imperio Lusitanorum ad Paulum Iouium Damiani a*

em 1553 e a terceira (com *terminus ad quem* em 1526) foi impressa em 1563. A quarta década foi deixada inacabada, e viu a luz já no século XVII, depois de completada por João Baptista Lavanha. Diogo do Couto (1542-1616) foi entretanto encarregado de continuar as “Décadas”, adicionando-lhe mais nove. A primeira edição conjunta viu a luz em Lisboa, já no século XVIII (1778 — 1788). A obra de Gaspar Correia (c. 1495-1561) permaneceu inédita até ao séc. XVIII, o que lhe permitiu sobreviver aos pundonores aristocráticos. Assim, nenhum dos cronistas gerais da Índia publicou o relato do primeiro cerco de Diu em tempo “útil” para Lopo de Sousa Coutinho, e os que, como Castanheda, tentaram fazê-lo, sofreram pressões tremendas e não conseguiram.

8 O segundo cerco ocorreu em 1546, por iniciativa do sultão de Cambaia, embora com a participação de rumes, e atingiu proporções tão colossais que acabou por obscurecer a fama do primeiro. A sua duração foi maior, pois o sítio iniciou-se em finais de Março e terminou em 6 de Novembro de 1546. As circunstâncias da guarnição portuguesa eram tão difíceis face aos meios envolvidos no ataque, que o desfecho foi sentido por ambas as facções como um milagre. A vitória só foi possível graças à intervenção do governador D. João de Castro, numa batalha campal, quando a fortaleza estava totalmente destruída.

9 Assinale-se o pensamento historiográfico do autor, cuja credibilidade assenta no “vi, claramente visto” (*Os Lusíadas*, V, 18).

10 Coutinho 1890: 18.

Goes disceptatiuncula –, onde também as figuras não militares, nomeadamente as mulheres, têm destaque; afasta-se também dos princípios de historiografia aristocrática verbalizados pelo próprio Góis em textos como a *Crónica do Príncipe D. João*¹¹.

Para a desvalorização do feito de 1538 contribuiu imenso o impacto extraordinário do segundo cerco, patente na correspondência jesuítica, que ajudou a divulgar relatos de índole miraculosa¹². Uma vintena de anos depois do relato de Lopo de Sousa Coutinho, assentada de algum modo a poeira do tempo, Camões dará a ambos os cercos o peso definitivo: além das naturais limitações de espaço, que justificam também a identificação de apenas figuras de proa, impõe-se, lapidarmente, uma redução clara da importância do primeiro, proporcional à grandiosidade do segundo e ao evidente apreço do poeta pelos Castros¹³.

No relato de Lopo de Sousa Coutinho, entre vários episódios curiosos, reveladores da sua atenção a tudo o que o rodeava, destaca-se um, quer pelo inusitado, quer pelo efeito no próprio narrador: enquanto decorria o agónico combate final, um espingardeiro português, perante a falta de munições – era desesperada a situação da guarnição da fortaleza, votada ao abandono pelo calculismo do Vice-rei

11 Por exemplo, a propósito de um naufrágio: “[...] e afogaram mais de duzentos homens, de que oito eram fidalgos, cujos nomes nam achei scriptos, ha qual negligencia he muito pera reprehender nos Chronistas daquelle tempo, porque de nomes de taes pessoas se há de fazer sempre mençam, por bem, e honrra das linhagens, e famílias”, Góis 1978: 66). Embora Lopo de Sousa Coutinho mencione expressamente apenas os cavaleiros, também dedicou muita atenção a uma série de homens e mulheres “civis” cujo comportamento abnegado e existência trágica foram copiosamente descritos. Saliento, a título de exemplo, a valorização do papel das mulheres através do caso de Ana Fernandes: a arenga que antecedeu o último combate é atribuída por Lopo de Sousa Coutinho à abnegada mulher (e não ao capitão-mor António da Silveira, como faz Góis), que exhibe um retábulo com a figura de Cristo e exclama “Oh cavalleiros christãos, esta é a figura [...] pejejae esforçadamente tendo a elle por ajudador, que o que morrer tem mui certa a gloria, e o que viver merecimento ante elle, e honra ante o mundo...” (Coutinho (1890: 214).

12 A chegada à Índia dos padres da Companhia ocorreu no início da década de 40, mas as referências a Diu concentram-se no espantoso sítio de 1546 e no seu enquadramento na visão providencialista da presença portuguesa no Oriente. A carta do Pe. Francisco Henriques (8/12/1547, Wicki 1948: 228-231) exemplifica a intervenção de Deus na Índia através da grandiosa vitória neste cerco em que se jogava toda a Índia (“o ano passado esteve a India toda em se perder”), mencionando vários factos milagrosos no âmbito militar, e epifanias sagradas, sobretudo a aparição de uma “molher muito fremosa no campanário da see que os cegava”. Estas intervenções miraculosas parecem também patentes numa vitória recente do governador. A longa carta do Pe. Gaspar Barzeu (1/12/1549, Wicki 1948: 611) alude igualmente ao segundo cerco e volta a destacar a missão providencialista dos portugueses: no seu 27º parágrafo, crítica a existência de tratos de armas com os inimigos mouros e turcos, pois tinham posto em risco Diu, não fosse a protecção divina – *sed Dominus omnium provisor est*.

13 Depois de uma alusão à “inexpugnável Dio forte/ Que dous cercos terá”, no canto III (estância 50), Camões especifica os dois episódios no canto X, numa sequência de previsões, feitas por Calíope, sobre os principais feitos dos governadores futuros. A diferença quantitativa é esclarecedora: meia estância para o primeiro cerco, cinco para o segundo (67-72); em termos de conteúdo, é breve e neutra a alusão a António da Silveira (X, 62 «Trás este vem Noronha, cujo auspício/ De Dio os Rumes feros afugenta;/ Dio, que o peito e bélico exercício/ De António da Silveira bem sustenta.), enquanto todos os Castros envolvidos no segundo cerco são sublinhados (quatro versos para cada filho na estância 70; mais ainda para o pai nas estâncias 69, 71 e 72), paralelamente ao menorizado capitão João de Mascarenhas (69 «Basiliscos medonhos e liões,/ Trabucos feros, minas encobertas,/ Sustenta Mascarenhas cos barões/ Que tão ledos as mortes têm por certas). A longa referência a este cerco sublinha que os participantes “Feitos farão tão dinos de memória/ Que não caibam em verso ou larga história”, mas omite qualquer alusão às movimentações dos barões contra a estratégia do capitão, que culminou na catastrófica investida à sua revelia, em que morreu D. Fernando, um dos filhos de D. João de Castro.

D. Garcia de Noronha¹⁴ –, arranca um dente “que devia andar bem movido”¹⁵ e usa-o como bala. É uma proeza que, na linha do já citado “das estrangeiras nações grandemente exalçadas”, teve repercussões posteriores na Europa e leva Lopo de Sousa Coutinho a comentar:

Deste só caso sei eu gente da Europa que fizera grande volume assentando-o em cabeceira de mesa, *mas eu sou tão português* que, ainda que este homem atirara com quantos dentes tinha na boca e com cada um matara muitos inimigos, *não gastava mais regras em seu louvor, porque coisa é mui costumada em os Portugueses ofenderem seus inimigos com as coisas impossíveis quando as possíveis lhes faltam; e pois este é o verdadeiro e costumado traje português, não me seja culpa tal brevidade*” (Coutinho 1890: 196; itálicos meus).

Este emotivo discurso em defesa do tratamento modesto da valentia lusitana pode soar algo paradoxal face ao propósito referido anteriormente, mas para Lopo de Sousa Coutinho é grande a diferença entre o discurso encomiástico sobre algo para ele consabido e o relato objectivo para memória futura, de elementar justiça sobretudo para os caídos. De facto, permanece a insistência no contraste entre a atitude portuguesa e do resto da Europa perante actos de bravura considerados normais por uns e exaltados como extraordinários por outros. Ora a plena consciência sobre a maneira de ser típica dos portugueses – o “traje português” – é natural em quem é constantemente colocado perante a diferença cultural e sobre ela reflecte, circunstância que constitui uma das características fundamentais da nossa Expansão¹⁶.

A assunção de que toda a Europa partilhava dessa imagem da valentia dos portugueses era quase um lugar-comum na primeira metade do século XVI, como se pode verificar nas obras de Gil Vicente, nomeadamente a *Exortação da Guerra* e o *Auto da Fama*¹⁷. A afirmação entusiástica da identidade nacional, patente nesses

14 Gaspar Correia expressa este facto com clareza em várias ocasiões: o “muy cobiçoso” vice-rei (Correia 1975: vol. IV, cap. XXVIII, 77) condicionou em Diu – como noutras questões da Índia – o interesse do estado ao seu desejo de não “fazer ondas”, desperdiçando a oportunidade para fazer um acordo favorável com o derrotado sultão de Cambaia e desprezando o sacrificio de tantos portugueses. Lopo de Sousa Coutinho é mais comedido, pois tem uma atitude diplomática e conciliatória.

15 “Um espingardeiro, atirando quanto podia aos inimigos, faltou-lhe a munição dos pelouros, e, como já tivesse deitada a pólvora em espingarda e buscando pelouro o não achasse, movido do fervor da peleja ou enfadado de um dente que na boca trazia (que devia andar bem movido), lançou mão a ele e, arrancando-o, atacou a espingarda com ele e atirou aos inimigos.” (Coutinho 1890: 196).

16 A observação perspicaz, contrastante e sem preconceitos do Outro – cristão, hindu ou muçulmano –, que ajudou a definir a identidade nacional portuguesa, resulta da abertura ao Outro e da tolerância, traços genéticos do Português. Veja-se, por exemplo, o conjunto de apreciações coligidas por Francisco da Cunha Leão no quadro VII do capítulo “Quadros de antinomias e outras oposições” do seu *Ensaio de Psicologia Portuguesa* (Leão 1997: 34-35).

17 Pedro Calafate sustenta que “Gil Vicente soube também vincar um sentimento de prestígio histórico do país e, sobretudo, pensá-lo num contexto de projecto bem definido, que não passava pela riqueza, mas pela fortaleza.” (*Portugal como problema*: vol. I, 177). Se já na *Exortação da Guerra* o prestígio português era manifesto (“Ó famoso Portugal/ conhece teu bem profundo / pois até ó pólo segundo / chega o teu poder real”), é no *Auto da Fama* que o dramaturgo o enfatiza mais: a fama portuguesa é “cobiçada pelas potências europeias”; mais ainda (*ibidem*, 181), “Portugal para nada precisa das nações europeias, pois que estas não lhe poderão dar nada que ele não tenha, e em proporção maior” (“homens de prol / gente esforçada e varonil”; “pouca gente / mas furiosa”, “tam forte natureza”; em Portugal “há cousas tam honradas, / tam devotas, tam soadas.”); e ultrapassa os modelos clássicos (*ibidem*, 187), em cujo *continuum* é assim situado (por oposição aos feitos Troianos, “também os romãos/ [...] que são tam

textos e na orgulhosa emoção de Lopo de Sousa Coutinho, revela também a persistência de um patriotismo otimista no Portugal de quase meados de Quinhentos, reflexo da pujança dos primeiros anos da Expansão. É um vestígio do entusiasmo juvenil dessa nação definida por António José Saraiva como prisioneira entre o “deserto” de Castela e a vastidão do Atlântico, e que, por isso, “adquiriu um complexo de ilhéu”, afectado pelos fluxos e refluxos da história. É este um momento único pois, sendo uma época de grandes viagens e batalhas – de “aventura fora” (*Portugal como Problema*: vol. IV, 402) –, oferece o contexto em que o espírito português, voltado para a acção heróica, se sentia mais à vontade¹⁸.

Ainda assim, como Lopo de Sousa Coutinho sugere ao reprovar a falta de memória escrita, esta “gente ousada, mais que quantas /No mundo cometeram grandes cousas”, a quem o Adamastor increpa pelos “trabalhos vãos”¹⁹ e desmesurados, apresenta um marcante reverso paradoxal: mais do que “não gastar mais regras em seu louvor”, deixa que o silêncio e o esquecimento desvalorizem as suas empresas.

A tendência para privilegiar a acção tornava difícil a divulgação e valorização das realizações portuguesas, individuais e colectivas, assim prejudicando também a defesa dos interesses do reino de Portugal. Como assinala uma carta enviada a D. João III no início da presença dos Jesuítas no Subcontinente (14/12/1541), os portugueses pareciam até fazer mais esforço em encobrir e diminuir os feitos uns dos outros, apesar da extraordinária grandeza da Expansão oriental e do seu enquadramento providencialista:

Além de se bem manifestar serem os princípios e movymentos por que se começou [o domínio português na Índia] guiados e ordenados por Deos, se vê cada dia nestas partes nas maravilhas e ffaçanhas que acomtecerom e acomtecem, o qual, se fora feito por outra nação, se não pusera menos diligencia e cuidado em o pobricar polo mumdo e pôr em coronycas, do que os portugueses poem em ho encobrir e aminguar hus aos outros, o que será por serem por natureza tam amigos de obrar como imigos de louvar.”²⁰

Alguns anos mais tarde, um desiludido Camões assinalará que, embora seja “doce [...] o louvor e a justa glória/ Dos próprios feitos, quando são soados” (V, 92), a falta de interesse nas artes e letras, reveladora de ignorância – “quem não sabe

louvados, / e neste mundo estão colados / por façanhosos e por muito vãos”, em relação aos quais os feitos portugueses estão posicionados “na flor dos cristãos”). Mas Gil Vicente lança sempre em paralelo avisos contra a tentação do luxo e o abandono das actividades produtivas tradicionais. Segundo Cunha Leão, no refluxo do império começará a manifestar-se o complexo de inferioridade que redundará no pólo oposto: a absoluta falta de confiança em si (1997: 149).

18 Veja-se, por exemplo, o quadro V do capítulo “Quadros de antinomias e outras oposições” do *Ensaio de Psicologia Portuguesa* (Leão 1997: 29-31). Vários historiadores vão nessa linha: “Razões económicas, políticas, religiosas, históricas e sociais – não apenas portuguesas – devem ter-se coligado numa espécie de motivo sincrético e poderoso. Sem saber bem para quê nem para onde, que o segredo foi guardado, a nobreza, o clero e os povos armaram-se e partiram [de todo o país]. [...] Só na hora da largada definitiva e três anos após os preparos souberam qual o destino [...] e com o feito iniciaram um capítulo novo na história da civilização europeia”, escreve Armindo de Sousa (*História de Portugal* 1992-1994: vol II, 440).

19 “Tu, que por guerras cruas, tais e tantas, /E por trabalhos vãos nunca repousas, / Pois os vedados términos quebrantas” (*Os Lusíadas*, V, 41).

20 Wicki 1948: 798.

arte, não na estima” (V, 97) –, por parte sobretudo dos guerreiros que praticavam os actos heróicos, tirava-lhes a possibilidade de ombrear com a fama imortal dos antigos, míticos ou reais. Os exemplos aduzidos entre os romanos são esclarecedores (V, 95-96):

Dá a terra lusitana Cipiões,
Césares, Alexandros, e dá Augustos;
Mas não lhe dá contudo aqueles dois
Cuja falta os faz duros e robustos.
Octávio, entre as maiores opressões,
Compunha versos doutos e venustos.
[...]

Vai César, sojugando toda França,
E as armas não lhe impedem a ciência;
Mas, numa mão a pena e noutra a lança,
Igalava de Cícero a eloquência.

De facto, Lopo de Sousa Coutinho é um caso raro: nem o grande capitão-mor do primeiro cerco, António da Silveira, nem o seu discutido homólogo do segundo, João de Mascarenhas, publicaram uma *Relação do Cerco de Diu*, e muito menos um *De bello Cambaico*, apesar do enorme interesse da Europa – curiosa por novos mundos e temerosa dos avanços turcos – em relação a este “famoso Portugal”, como Gil Vicente o apresenta, pela boca de Pantasileia, na *Exortação da Guerra*.

Na origem de tal atitude está sobretudo um pensamento dispersivo e descontínuo, avesso à abstracção, patente na profunda dificuldade em sentir-se realizado com tarefas monótonas como a investigação e escrita históricas, que as “desmedidas áreas e tarefas universais” em que se envolve e sente mais realizado acabam por acentuar, como aponta Cunha Leão²¹.

A dispersão e descontinuidade lusitanas manifestavam-se também na estratégia comunicacional dos monarcas, o que deixava amplo espaço ao grassar das *leyendas negras*. É sintomático desta realidade, por exemplo, que um ataque de Paolo Giovio, feito em 1525, tenha sido respondido somente catorze anos depois, por Damião de Góis, humanista e diplomata que, pelo seu extraordinário voluntarismo, representa também um caso à parte²². Com efeito, Luís de Matos assinala que até no âmbito das cartas diplomáticas, veículo ideal para a transmissão das notícias do Oriente, o rei de Portugal revelava falta de sistematicidade e profissionalismo, para desespero dos embaixadores portugueses no Vaticano:

21 É a 19ª tese para a formação e sobrevivência de Portugal (Leão 1998: 100), mas o capítulo “Quadros de antinomias e outras oposições”, do *Ensaio de Psicologia Portuguesa*, recolhe inúmeras observações de autores nacionais e estrangeiros que vão na mesma linha (Leão 1997: 21-46). Vejam-se sobretudo os Quadros V, VI e XI.

22 Além de outras desconsiderações, no *De legatione Basilii Magni Principis Moschoviae ad Clementem VII*, o bispo de Nocera atacava o monopólio comercial português. Como já se viu, Damião de Góis integrou essa resposta – o *De rebus, et imperio Lusitanorum ad Paulum Iouium Damiani a Goes disceptatiuncula* – no seu relato sobre o primeiro cerco de Diu (1ª edição em 1539).

On aurait cependant tort de considérer l'envoi de ces lettres (...) comme un système de propagande monté de toutes pièces. Car elles sont d'abord moins nombreuses que ne le voudraient les ambassadeurs portugais qui insistent fréquemment auprès de la Chancellerie pour que l'on tienne la Saint-Siège au courant des entreprises du pays en outre-mer. Ils demandent aussi que ces lettres soient désormais rédigées directement en latin à la Cour du Portugal (...) la Saint-Siège se méfiant souvent de la traduction qui en était faite à Rome par les diplomates; c'est pourquoi l'un de ceux-ci²³ proposera en 1537 au roi d'engager à Rome un latiniste éprouvé et de le faire venir au Portugal²⁴.

A dificuldade portuguesa em registar e comunicar factos relevantes tornou-se numa espécie de lugar-comum entre os cronistas de Quinhentos, que apontam também o seu enquadramento num outro aspecto do “traje português”: o tão visceral quanto vetusto receio do ridículo, sublinhado séculos depois, entre outros, por Jorge Dias²⁵. É particularmente directo Gaspar Correia, homem da Índia e voz de fora do “sistema”, ao afirmar que

Reis e nobres sempre consideraram que he ponto d'abatimento de alguem falar louvando seus feitos [porque] indaque muyto fizerão sempre descontentes ficarão, por nom satisfazerem os grandes desejos da muyta valentia de seus corações, parecendo-lhe melhor o alheo, que o seu: do que obrigatorios á nobreza de suas linhagens sempre se hão por enuergonhados por nom alcançarem o desejo de suas vontades, * e* nom querem ouvir nem que outrem falle de seus feitos²⁶.

João de Barros, a voz do “sistema” na historiografia, corrobora a existência destes receios ancestrais, ligados a uma peculiar noção de honra, na introdução das *Décadas da Ásia*, acrescentando uma variação subtil – a necessidade de seguir o

23 Trata-se do embaixador Pedro de Sousa de Távora.

24 Matos 1991: 320-321. Luís de Matos já aludira a esta questão na p. 61.

25 “É mais inibido que os outros meridionais pelo grande sentimento do ridículo e medo da opinião alheia.” (Dias 1990-1993: 146); e mais adiante: “O Português é inibido por um forte sentimento do ridículo. Como é muito sensível e dotado da faculdade de se aperceber do que vai nos outros, receia ser vítima da ironia e da crítica trocista, tão comum em Portugal. De facto, a ironia, muito mais do que o humor, tem fundas raízes na cultura portuguesa; desde as cantigas de escárnio e maldizer da Idade Média até à ironia de Eça de Queirós há toda uma gama de coloridos. [...] Por isso, a sensibilidade, que é um dos elementos positivos da mentalidade portuguesa, é também um dos grandes elementos da sua fraqueza. O sentimento do ridículo e o medo da opinião alheia abafam nele muitos impulsos generosos, deformam a sua naturalidade e impedem-no de se entregar livremente aos prazeres simples e à alegria espontânea. Nas classes populares tal sentimento é moderado, mas nas outras classes é tão saliente que se tornam com frequência ridículas pelo medo de o parecer. Tal sentimento complica-se pela consciência das glórias passadas, pelo desprezo paradoxal pelos valores burgueses e pela admiração pelas realizações alheias.” (Dias 1990-1993: 157). Cunha Leão apresenta pareceres vários nesse sentido nos já mencionados “Quadros de antinomias e outras oposições”, sobretudo o II, repetido de algum modo nos III, IV e VII (Leão 1997: 21-46). Camões deixa a questão implícita na cena das bandeiras (VIII, 39-42).

26 Correia 1975: vol. I, 5-6.

exemplo dos estrangeiros, que, com o tempo e as circunstâncias, canalizará a mania crítica com os efeitos conhecidos²⁷:

E vendo eu que nesta diligência de encomendar as cousas à custódia das letras, conservadoras de todas as obras, a nação portuguesa é tão descuidada de si, quão pronta e diligente em os feitos que lhe competem por milícia, e que mais se preza de fazer que dizer, quis nesta parte usar mais do ofício de estrangeiro que da condição natural, dispondo-me a escrever o que eles fizeram no descobrimento e conquista do Oriente, por se não perderem na memória dos homens que vierem depois de nós tão gloriosos [...]. Pois havendo cento e vinte anos (porque de tantos trata esta escritura) que vossas armas e padrões de vitória têm tomado posse não somente de toda a terra marítima de África e Ásia, mas ainda de outros maiores mundos do que Alexandre lamentava por não ter notícia deles, não houve alguém que se atrevesse a ser primeiro neste meu trabalho, somente Gomes Eanes Da Zurara [...] em as cousas do tempo do Infante D. Henrique.²⁸

Algo compreensivelmente, é quase lugar-comum nestas introduções a crítica ao atraso dos anteriormente incumbidos da tarefa. É expressivo o ácido ataque de Damião de Góis a Rui de Pina (1440-1522) – que deveria antes dirigir-se ao sucessor no cargo, seu filho Fernão, cronista-mor e guarda-mor da Torre do Tombo de 1523 a 1548 –, no prólogo da *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, porque “& isto que screveo, nam deixou também ordenado, & cõçertado quomo ho hũa tal Chronica requeria, alem da obrigação que tinha a elRei dom Emanuel, pelas muitas, & grandes merces, que delle recebeo”.

O panorama de silêncio ou morosidade, visível nas grandes obras de conjunto, repete-se nas pequenas monografias. As primeiras publicações sobre a Expansão Oriental foram naturalmente relatos de episódios mais ou menos extraordinários. Normalmente eram escritos em latim – a melhor forma de comunicar com a Europa da primeira metade do séc. XVI, já tentada no estrangeiro pelos nossos reis desde o século anterior²⁹ –, o que circunscrevia a tarefa à elite humanista, quase sempre a viver fora do país, mas de mobilização difícil e demorada. Exemplo maior do desinteresse

27 Cunha Leão assinala: “na vazante de uma grandeza pretérita, começou a revelar-se o descuidado reverso da medalha. [...] Gerou-se um “complexo de inferioridade.”; “Aquele complexo de inferioridade quanto ao estrangeiro, cresceu durante o século passado [XIX]” (1997: 148-149, 151). Fernando Pessoa, citado por António Quadros in “A identidade portuguesa”, sentença: “Uma nação que habitualmente pense mal de si mesma acabará por merecer o conceito de si que anteformou. Envenena-se mentalmente.” (*Portugal como problema*: vol. IV, 464).

28 Barros 1988: vol. I, 2-3. O primeiro volume da obra de Fernão Lopes de Castanheda já tinha vindo à luz...

29 “A necessidade de divulgar a gesta portuguesa em latim, a língua franca da época, começara com D. Afonso V, que no parecer de Luís de Matos se empenhou mais do que os seus sucessores. Quanto ao Príncipe Perfeito, ignora-se se pensava do mesmo modo, “puisque c’est Politien qui lui offre ses services, et qu’en faisant venir Cataldo à la cour du Portugal il ne lui commetra jamais un travail de ce genre” (Matos 1991: 63). D. Manuel e seu filho confiaram a Lourenço de Cáceres a tarefa de traduzir para latim as crónicas portuguesas, mas o trabalho não foi feito (Matos 1991: 63-65).” (Lopes 2007: 182). Como sentença Luís de Matos, “Les humanistes portugais n’ont jamais écrit sur l’Expansion l’oeuvre si souvent demandée par tous ou qu’ils avaient promis eux-mêmes. Ils se sont toujours bornés à des contributions partielles” e em número reduzido (Matos 1991: 427).

comunicacional foi o prestigiado André de Resende: nunca chegou a produzir a grande obra humanística que, dada a sua estatura intelectual, todos legitimamente esperavam, limitando-se, depois da insistência de Conradus Goclenius³⁰, a editar o *Epitome*, texto que reporta a submissão de Adém à Coroa portuguesa³¹. A pouca produtividade dos humanistas continuou, mesmo quando, já publicados trabalhos de cronistas da Índia, “leur tache [...] se bornerait au fond à un travail de traduction. Il suffirait de faire un choix de matières susceptible d’intéresser le lecteur étranger”³². Como aponta Costa Ramalho (1993: 24-26), no âmbito dos textos novilatinos quinhentistas, para além de um considerável conjunto de epigramas, de que foi precursor Cataldo Parísio Sículo (1455-1517)³³, apenas se contam, até à edição do *De rebus Emanuelis* de Jerónimo Osório em 1571³⁴, os textos narrativos de André de Resende (o *Epitome*, de 1531), Damião de Góis (sobre os dois cercos de Diu, em 1539 e 1549, respectivamente) e Diogo de Teive (o *Commentarius de Rebus a Lusitanis apud Diu gestis anno Salutis MDXLVI*, sobre o segundo cerco de Diu, publicado em 1548).

Neste âmbito, Damião de Góis foi um caso excepcional pelo empenho com que se preparou para escrever e publicou, em latim (sem dispor da capacidade de alguns³⁵), vários opúsculos, sobre temas diversos, destacando-se no presente contexto os *Commentarii rerum gestarum in India citra Gangem anno 1538* – impressos com uma presteza que denuncia ordem directa de D. João III³⁶ –, e os *Damiani a Goes Equitis Lusitani, de*

30 “C’est donc à la demande de Goclenius que Resende se mit à la rédaction de son *Epitome* qui autrement n’aurait jamais été écrit, ainsi qu’il l’avoue lui-même dans sa lettre-dédicace ao professor do Collège Trilingüe.” (Matos 1991: 427).

31 O *Epitome rerum gestarum in India a Lusitanis, anno superiori, juxta exemplum epistolae quam Nonius Cugna dux Indiae Maximae designatus ad regem misit ex urbe Cananorio IIII Idus Octobris anno MDXXX*, foi publicado em 1531 e consiste na tradução de uma carta que relata a submissão do rei de Adém a Heitor da Silveira em 1530 (Castanheda 1979: vol. II, livro VIII, cap. XVI, 585-587). O impacto real desta vasalagem não foi nenhum, mas a notícia foi recebida com satisfação na Europa.

32 Matos 1991: 6. Esta observação foi de Luís de Matos chama desde já a atenção para o trabalho de D. Jerónimo Osório em relação à *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, de Damião de Góis.

33 Cataldo foi também o primeiro a apresentar o *topos* da superioridade dos heróis lusos face aos greco-latinos (Ramalho 1993: 21).

34 Mais concretamente intitulada *De Rebus Emmanuelis Regis Lusitaniae Invictissimi Virtute et Auspicio Gestis Libri Duodecim. Auctore Hieronymo Osorio episcopo Syluensi*. Lisboa, apud Antonio Gonçalves, 1571.

35 Foi sendo afirmada ao longo dos anos a ideia de que o latim de Góis era de fraca qualidade, em resultado de uma formação tardia e pouco avançada. Amadeu Torres refutou tal perspectiva (Torres 1982: vol. II, 146-152), embora seja evidente que não se podia comparar com a mestria de D. Jerónimo Osório, o Cícero Português. Parece-me mais relevante apontar o esforço pessoal do futuro guarda-mor da Torre do Tombo no sentido de ser um diplomata humanista, o que parece indiscutivelmente ter alcançado: “Góis pretendia dominar profundamente a língua do Lácio, e não apenas para ter acesso ao extraordinário mundo cultural e literário romano, considerado na altura, juntamente com o grego, o modelo de todas as coisas: ele desejava aceder ao ambiente cultural dos humanistas, privar e comunicar sem obstáculos com essas personalidades fascinantes, de alguma forma semelhantes aos letrados de várias proveniências que ouvia praticar com D. Manuel, ou cujas cartas certamente lera. A forma como se ligou a Erasmo de Roterdão exemplifica bem essa sua atitude.” (Lopes 2007: 51).

36 Sobre a rapidez inusitada da publicação (o cerco terminou no início de Novembro de 1538 e o opúsculo foi publicado em Setembro de 1539), que implicou um esforço logístico considerável e por isso um projecto, vd. Lopes 2007: pp. 433-436. A integração, já aludida, de um texto em defesa do monopólio português, contra Paulo Jório, que seguira o parecer de Paolo Centurione, um agente comercial genovês (*De rebus, et imperio Lusitanorum ad Paulum Iouium Damiani a Goes disceptatiuncula*), levou António José Saraiva a sublinhar a actividade de Góis como agente da Coroa: “O opúsculo de Damião de Góis resume a argumentação da Coroa portuguesa na polémica travada em torno do monopólio das especiarias, e mostra o seu interesse em ter a seu lado os grandes condutores da opinião pública esclarecida da época, os humanistas.” (Saraiva 1953: vol. II, cap. V, 524). O opúsculo será reeditado, com alterações

bello Cambaico ultimo commentarii tres. Indo mais longe no seu trabalho de divulgação histórica, Góis acabou por produzir crónicas vernáculas, de que avultam a *Crónica do Príncipe D. João* e a *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Acresce ainda a sua actividade epistolar com personagens cimeiras do tempo, como o Papa, Erasmo e Pietro Bembo, sempre com o propósito de defender os interesses portugueses.

O humanista de Alenquer teve também o objectivo de produzir a primeira visão de conjunto da presença portuguesa no Oriente, que projectara nos seus anos de ausência no exterior, à volta do título *Historia rerum Indicarum*. Góis sentia a necessidade de sedimentar o prestígio de Portugal e atalhar as interpretações malévolas, favorecidas sobretudo por aqueles a quem a Rota do Cabo tirara lucros, como Venéza e até a França³⁷:

A defesa do monopólio é um dos mais fortes acicates da política de prestígio internacional a que a coroa portuguesa se via obrigada. [...] Como justamente notou Bataillon, Damião de Góis é “um agente comercial da mais alta categoria dirigindo-se em nome do rei a outras cabeças coroadas e aos príncipes da finança”. [...] As múltiplas relações que as longas viagens permitiram a Damião de Góis entretecer não tiveram ocasião unicamente na sua fácil sociabilidade e no seu culto das letras, da música e da pintura; mas também no seu prestígio de agente do Rei de Portugal. [...] Damião de Góis, com efeito, não lidava apenas com presentes e amostras, mas também com a pena. [...] Ora é esta posição de letrado que permite a Damião de Góis participar na polémica da pimenta³⁸.

Esse projecto de grande fôlego é mencionado em vários contextos, nomeadamente nos *Commentarii rerum gestarum in India citra Gangem a Lusitanis anno 1538*³⁹. A carta-dedicatória ao Infante D. Luís, que serve de introdução ao relato do segundo cerco de Diu, de Lisboa, c. XI. 1548, reitera a intenção de escrever a história, e tornou-se famosa pela afirmação da necessidade de uma epopeia, e da sua disponibilidade pessoal para essa empresa:

Ea enim sunt facta praeclara nostrae gentis, ea magnitudo varietasque rerum, ea nouitas insularum climatumque, ut si denuo aliquis Homerus exurgeret,

pequenas, mas que denunciam o agravamento dos conflitos políticos europeus (nomeadamente a ostensiva aproximação da França ao Império Otomano e consequente inimizade com Carlos V e pressão sobre Portugal; em termos pessoais, Góis foi aprisionado por tropas francesas na sequência do cerco de Lovaina), integrado na colectânea *Aliquot opuscula*, com o título *Diensis Nobilissimae Carmaniae seu Cambaiae urbis oppugnatio, Damiano a Goes autore, Louanü, ex Officina Rutgeri Rescii, anno 1544, Mense Decembri*.

³⁷ Lopes 2007: 213-214.

³⁸ Saraiva 1953: vol. II, cap. V, 524 e ss.

³⁹ *Est vero Mallabar prouincia, in qua sita sunt Regna Calecutii, Cananorü, et Cochini, et alia, cuius litoris Regnorumque descriptionem in historia rerum Indicarum iam ab origine nostratum in ea loca aduentus luculenter, si Deo ita uisum fuerit, sumus tradituri*. (Lopes 2007: 481). É significativo que a frase tenha sofrido grandes alterações na edição de 1544, de que saliento a mudança do título da obra: em 1539, Góis designava-a como *Historia Belli Cambaici*, isto é, *História da Guerra da Cambaia* (Diu). Aparentemente, o âmbito da história projectada por Góis aumentou no decurso desses cinco anos, algo assinalado também pela introdução do advérbio *luculenter*. “Já não se trata de abordar apenas a problemática de Diu desde os tempos de D. Francisco de Almeida, mas de uma história geral da nossa presença na Índia, incluindo certamente uma *archaiologia*; e parece sentir-se grande autoconfiança nas suas palavras.” (Lopes 2007: 90-91)

posset non incommode ex Rebus Lusitanicis, et Iliados et Odisseae argum-
tum non fabulose, sed ex vero componere. Sed haec fortassis alias tentabimus.

Mas tal não foi possível, e a carta-dedicatória da *Urbis Olisiponensis descriptio* ao Cardeal D. Henrique, de Lisboa, de c. X. 1554⁴⁰, ou seja seis anos depois, assume e justifica a sua desistência por falta de tempo e de patrocínio, apesar dos rogos dos seus amigos doutos:

Indicarum rerum Historiam in lucem ut darem, cum crebris doctorum ho-
minum epistolis diu urgerer, eam ex exemplaribus colligere, atque disponere
pridem coeperam: id quidem mihi effectum iri posse tunc pollicebatur otium
meum literarium, quo eo quidem tempore laute, & citra publicorum nego-
tiorum onera utebar. Sed cum mecum perpenderem mihi id modo deesse,
quod summe in historia scribenda requiritur, ab incepto destiti. Nam ei qui
iustam & absolutam historiam scribere uult, imprimis liberum & uacuum
tempus tribuendum est; deinde animi quies, & omnium munerum uacatio;
postmodum maiorum Principum fauor, quo industria & labor studiorum
praemiis adaugeantur.

Entretanto, tinha começado a ser publicada a *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, iniciativa individual de Fernão Lopes de Castanheda, e logo depois apareceu o primeiro volume das *Décadas da Ásia* de João de Barros. O interesse europeu numa visão global da Índia ficou manifesto na rapidez com que o primeiro livro de Castanheda foi traduzido pelo humanista francês Nicolas de Grouchy⁴¹. Mas a crónica deste homem heróico, que, tal como Gaspar Correia, comungava da perspectiva providencialista da nossa história, mas considerava essencial, e não incompatível, o relato da verdade – não foi vista como traduzível para latim. Quanto a Góis, a muita documentação reunida para a *Historia rerum Indicarum* acabaria aproveitada na *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, com efeitos nítidos no equilíbrio da obra⁴².

Entretanto, a ideia de que a Expansão Oriental constituía um feito superior aos da épica clássica – afirmada no dealbar do século por Cataldo Parisio Sículo, aludida por Damião de Góis e presente também nas palavras de Lopo de Sousa Coutinho (“nem menos antiguidades mal provadas”) – começara a cimentar-se e a fazer crescer o desejo por uma epopeia de fôlego correspondente. No entanto, Camões, o génio que se revelou capaz de cumprir tal desiderato, era em grande parte também um *outsider* em relação aos círculos intelectuais do reino, incapazes de o fazer.

40 Torres 1982, vol. I: 370.

41 Nicolas de Grouchy, professor no Colégio das Artes, intitulou o volume como *Le Premier Livre De L'Histoire Indes de Portugal, Contenant Comment L'Inde A Esté Decouuerte, par le commandement du Roy Emanuel, & la guerre que les capitaines Portugalois ont menee pour la conqueste dicelles, fait par Fernand Lopez de Castañeda*, Paris, Michel de Vascosan, 1553.

42 “Dos 313 capítulos da obra, cerca de 50% são sobre a expansão asiática, a que se juntam 22,5% sobre Marrocos. Os 80 capítulos que se referem à governação interna estão também distribuídos de forma desequilibrada, pois 47 situam-se na fase inicial da obra, e destinam-se a relatar a transição de D. João II para o novo rei (Costa 2005: 15-16).” (Lopes 2007: p. 92, n.182). É, no entanto, evidente – e compreensível... – que a actividade no Estado Português da Índia era mais atraente para os historiadores do que os eventos metropolitanos.

Assim, sistematizaram o seu pensamento histórico-épico e verbalizaram-no de forma mais ou menos lapidar os que sentiam a escrita como um imperativo patriótico extraordinário, heróico até: movidos pela excepcionalidade do seu génio, como Camões; pelo desejo de reparar o esquecimento ingrato dos que se tinham sacrificado pela pátria, no caso de Lopo de Sousa Coutinho e dos cronistas da Índia (Castanheda e Gaspar Correia a título individual, João de Barros oficialmente); ou porque a sua experiência de vida, nomeadamente no exterior do país – para além do seu temperamento apaixonado e patriótico –, os tinha alertado para a absoluta necessidade de divulgar os feitos portugueses e corrigir mentiras interesseiras, como Damião de Góis.

A propósito do humanista de Alenquer, sublinha Luís de Matos:

S'il était resté au Portugal, il est presque certain qu'il n'aurait jamais écrit ses opuscules en latin et il est bien hasardeux de penser qu'il devienne le chroniqueur en portugais du prince Jean et d'Emmanuel Ier. Car c'est à l'étranger qu'il se fait une idée plus exacte de l'éclat des entreprises menées par son pays, c'est à l'étranger également qu'il doit non seulement sa formation littéraire et le goût des belles-lettres, mais aussi les encouragements qui le conduisirent à mener son œuvre à bonne fin. Ce sont ses amitiés étrangères qui lui ont en quelque sorte tracé la voie⁴³.

O *De rebus Emmanuelis gestis* e o “traje português”

Todo o processo da elaboração da crónica sobre D. Manuel I – que culminará na *Crónica do felicíssimo Rei D. Manuel*, de Damião de Góis, e sua transposição para latim pelo *Cícero Lusitanus*, na obra *De rebus Emmanuelis gestis* – é sintomático do já referido pensamento dispersivo e descontínuo, que começava por afectar os funcionários oficialmente responsáveis pela tarefa. Mesmo sendo certo que eram inúmeros os afazeres em que os cronistas estavam normalmente envolvidos, surpreende a sua falta de profissionalismo ou amadorismo, o que sugere, por vezes, um deficiente processo de selecção – conquanto apareçam figuras empenhadas como João de Barros⁴⁴.

Como conta Veríssimo Serrão (1994: 78-79), morto o cronista oficial, Rui de Pina, em 1522, pouco depois do falecimento do monarca Venturoso,

O encargo foi depois atribuído a Fernão de Pina, que entre 1523 e 1548, ano em que foi preso pela Inquisição, não escreveu uma só linha e nem sequer pôs em ordem os rascunhos do progenitor. A incumbência passou ao cronista régio, doutor António Pinheiro, que pediu escusa “ou por ser mais inclinado a outros estudos ou por ter ho trabalho por grande”, como refere com certa ironia Damião de Góis, que assim classifica de incapaz o futuro bispo [...]. E a pesada herança veio a transmitir-se a João de Barros, tesoureiro da Casa

⁴³ Matos 1991: 439.

⁴⁴ Os cronistas acumulavam normalmente grandes responsabilidades políticas ou pelo menos de trabalho público. Seguiu-se assim a perspectiva do tempo, que considerava indicados para escrever história os que apresentavam um currículo de experiência na coisa pública (que lhes conferia *fides* e *eruditio*), como afirma Erasmo na sua carta a Robert Gaugin, introdução da obra *De Origine et gestis Francorum Compendium*, publicada em 1495 (Lopes 2007: 86-87).

da Índia, que guardou o manuscrito vários anos sem lhe dar seguimento, ocupado como estava com as *Décadas*.

Falecido D. João III, a 21 de Junho de 1557, o cardeal D. Henrique mandou entregar os papéis existentes a Damião de Góis, guarda-mor da Torre do Tombo, que “se lançou ao trabalho” e o finalizou em oito anos (*Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Lisboa 1566-67). Góis, certamente algo despeitado com a forma como a tarefa lhe chegou às mãos, não deixou de sublinhar o facto:

E conyderando V.A. que pois estas pessoas, de que tanto se sperava, nam tñham feito em tempo de trinta & sette anos, que há que elRei dom Manuel vosso pai faleceu, cousa que respondesse aho merecimento de tal negocio, [...] daquilo em que muitos, quomo em cousa desesperada, se nam atreveram poer ha mão.

“Cousa desesperada” é a expressiva caracterização goisiana para o quase pânico sentido por quem perspectivava ter de suportar – como o admirável Plínio, o Velho – longas vigílias para completar uma tarefa tão ingente, sendo no entanto certo que, entretanto, já outros cronistas do Oriente tinham escrito e até publicado, de *motu proprio* e afrontando persistentes obstáculos, os factos correspondentes à vertente indiana do reinado de D. Manuel I. Aliás, Góis assinala também que, apesar de ciente do “quão fraco eu devo ser pera hum tamanho peso”, escreveu “com mór ousadia do que a meu fraco júízo convinha”. De facto, tal como sucedera com a *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* de Castanheda, as reacções não se fizeram esperar, e o cronista teve de introduzir alterações. É indiscutível que estas circunstâncias dificultavam ainda mais o interesse pela actividade historiográfica, transformada num verdadeiro trabalho de Hércules, face aos pundonores da nobreza.

Apesar das críticas feitas pelo Conde de Tentúgal e da perda de influência de Damião de Góis, prestes a ser condenado pela Inquisição, o Cardeal D. Henrique, deseioso de divulgar na Europa o glorioso reinado de seu pai, não teve outra solução a não ser pedir a D. Jerónimo Osório, o melhor latinista da época, que editasse “para estrangeiro ver” a *Crónica do Felicíssimo*.

D. Jerónimo Osório (1506-1580) viveu fora do país e pôde certamente verificar a importância de Portugal divulgar a sua história nos seus próprios termos. Tal como Góis, era um homem corajoso e interventivo, como demonstram as suas afamadas polémicas com teólogos da nascente Igreja Anglicana e a forma desassomburada com que aconselhava D. Sebastião. Porém, o seu interesse centrava-se na espiritualidade: “il avait le sentiment que l'interruption de ses études serait pour lui en quelque sorte une trahison; c'était, écrit-il, descendre du ciel pour regarder de trop près la terre.”⁴⁵ Foi, portanto, o impulso da ordem do Cardeal-Rei que o moveu a ultrapassar o seu escrúpulo, mas a sua costumeira e pouco lusitana indústria fê-lo executar a tarefa com rapidez (começou em 1567 e terminou em 1571) e uma proficiência artística muito elogiada⁴⁶.

45 Matos 1991: 526.

46 Apesar da gradual perda de influência da língua do Lácio, foram numerosas as edições em latim (11), além das várias traduções vernáculas (Osório 2009: 37).

A real dimensão da originalidade do trabalho de Jerónimo Osório tem sido discutida. Guimarães Pinto considera que o bispo de Silves “com esta obra se limitava a satisfazer uma encomenda do régio purpurado, desejoso de glorificar a memória paterna em idioma com mais repercussão do que o português”, e não pretendia produzir algo de profundamente novo. Jerónimo Osório afirma ter introduzido muitas (“multa”) alterações decorrentes da sua própria investigação, mas não apresenta uma contribuição pessoal considerável: faz algumas condensações, supressões, sínteses, acompanhadas de algumas inovações.⁴⁷

Luís de Matos parece valorizar um pouco mais as alterações, e demonstra que o bispo de Silves procedeu em bastantes casos a resumos e até cortes de aspectos menos relevantes ou essenciais⁴⁸. Em todo o caso, assinala que, “malgré les libertés qu’il prend envers sa source, on est cependant amené à conclure qu’il en garde tout ce qui est fondamental au sujet de l’Expansion portugaise au cours du règne d’Emmanuel Ier”⁴⁹. Luís de Matos conclui também que Jerónimo Osório foi fiel a Damião de Góis em aspectos que mostram a sua conhecida firmeza de carácter, pois parece ter mantido a generalidade das palavras que tinham provocado as observações críticas do poderoso Conde de Tentúgal, nomeadamente a suspeita do envenenamento de D. João II⁵⁰.

Apesar da importância que a diligência e o magnífico latim do *Cicero Lusitanus* tiveram no impacto – já não crucial⁵¹ – do *De rebus Emmanuelis gestis*, é particularmente destacável o papel do autor do texto-base do Bispo de Silves: Damião de Góis diferenciou-se da “apagada e vil tristeza” pelo temperamento apaixonado, que levou os seus sentimentos religiosos e patrióticos a concretizar o que outros, mais dotados quer em vernáculo, quer em latim, não conseguiram.

A história da divulgação do período mais glorioso da História de Portugal parece ser, portanto, um exemplo do “traje português”. Em todo este processo fica clara a falta de uma política de comunicação coerente e perseverante. Na edição latina do *De rebus Emmanuelis gestis*, feita a contragosto por Jerónimo Osório, pesou muito a vontade do Cardeal D. Henrique; D. João III parece ter solicitado a celeridade publicação dos *Commentarii rerum gestarum* com que Góis, a partir do relato de um artilheiro da guarnição lusitana, divulgou a vitória portuguesa no primeiro cerco de Diu, enquadrando-a com a defesa da geoestratégia nacional; mas mostrou pouca perspicácia na escolha de Fernão de Pina e António Pinheiro para cumprir o seu desejo de imortalizar o reinado de seu pai. Assim, e sobretudo quando se relaciona a edição de crónicas com a divulgação de notas oficiais sobre acontecimentos importantes,

47 Guimarães Pinto conclui, por isso: “não nos parece fazer muito sentido, não só o projecto de empreender nova tradução do *De rebus*, como o intento de uma definição dos métodos e conceitos de história em Osório”, pois incorre nas mesmas falhas que Góis (Osório 2009: 36-37).

48 Luís de Matos faz uma análise comparativa de excertos dos textos e assinala que “Osório résume délibérément sa source, en éliminant tout ce qui n’aurait qu’un intérêt secondaire pour le lecteur étranger à qui était destiné le texte latin” (1991: 529), e em sentido oposto acrescenta informações consabidas para os portugueses, mas desconhecidas para o novo auditório: por exemplo, “il donne un aperçu des entreprises marocaines et des navigations atlantiques” (1991: 533). Também apresenta a sua opinião pessoal, com avaliações morais.

49 Matos 1991: 529.

50 Matos 1991: 538-539.

51 Algo ingloriamente, em resultado de tanta dilação, o *De rebus Emmanuelis gestis* surge numa altura em que as traduções para as línguas nacionais começavam a ultrapassar as elitistas versões latinas, como já se verificara vinte anos antes com a parte inicial da obra de Castanheda.

não se vislumbra um esforço concertado e organizado, antes uma dispersão ao sabor do momento, que se acentuará à medida que a Expansão entra em refluxo. Em paralelo com o exíguo resultado dos esforços oficiais, verifica-se uma suprema ingratidão para com aqueles que, à semelhança de Fernão Lopes de Castanheda, movidos por um patriotismo heróico, dedicaram a vida ao registo verdadeiro e regenerador das grandezas e misérias lusas (*Os Lusíadas*, X. 145):

O favor com que mais se acende o engenho
 Não no dá a pátria, não, que está metida
 No gosto da cobiça e na rudeza
 Dũa austera, apagada e vil tristeza.

Bibliografia

AA. VV. (1992-1994). *História de Portugal*, coord. José Mattoso, vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores.

AA. VV. (2006). *Portugal como problema*, Pedro Calafate (editor literário), José Luís Cardoso (prefaciador). Lisboa: Fundação Luso-Americana, Público.

Castanheda, Fernão Lopes de (1979). *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, introd. e revisão de Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão.

Correia, Gaspar (1975). *Lendas da Índia*, introd. e revisão de Lopes de Almeida, 4 vols. Porto: Lello & Irmão.

Coutinho, Lopo de Sousa (1890). *Liuro primeyro do cerco de Diu, que os Turcos pose-ram á fortaleza de Diu*. Lisboa: Bibliotheca de Clássicos Portuguezes.

Dias, António Jorge (1990-1993). “Elementos fundamentais da cultura portuguesa”. In *Estudos de antropologia*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. I, 136-157.

Góis, Damião de (1539). *Commentarii rerum gestarum in India citra Gangem anno 1538 autore Damiano a Goes Equite Lusitano. Louanii ex officina Rutgeri Rescii, Anno M.D.XXXIX., Mense Septembri*.

Góis, Damião de (1949-1955). *Crónica do felicíssimo Rei D. Manuel*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis.

Góis, Damião de (1978). *Crónica do Príncipe D. João*, edição crítica e comentada por Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova.

Leão, Francisco da Cunha (1997). *Ensaio de psicologia portuguesa*, 3.^a ed. Lisboa: Guimarães Editores.

Leão, Francisco da Cunha (1998). *O Enigma Português*. Lisboa: Guimarães Editores.

Lopes, M^a José (2003). “Damião de Góis e Lopo de Sousa Coutinho: duas diferentes perspectivas sobre o primeiro cerco de Diu”, in *Actas do I Congresso Internacional Damião de Góis na Europa do Renascimento*. Braga: Edições da Faculdade de Filosofia, 543-552.

Lopes, M^a José Ferreira (2007). “Estudo histórico, literário e linguístico da obra *Commentarii rerum gestarum in India citra Gangem a Lusitanis anno 1538* de Damião de Góis” (dissertação de Doutoramento).

Matos, Luís de (1991). *L'expansion portugaise dans la litterature latine de la renaissance*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Educação.

Osório, Jerónimo (2009). *Opera Omnia*, vol. I, trad. e introd. António Guimarães Pinto. Coimbra e Algarve: Imprensa da Universidade de Coimbra, Universidade do Algarve.

Ramalho, Américo da Costa (1993). “Os Humanistas e a divulgação dos Descobrimentos”, in *Actas do Congresso Internacional Humanismo Português na época dos Descobrimentos*. Coimbra: Instituto de Estudos Clássicos e Humanísticos, 19-36.

Saraiva, António José (1953). *História da Cultura em Portugal*, vol. II. Lisboa: Jornal do Fôro.

Serrão, Joaquim Veríssimo (1994). *Figuras e caminhos do Renascimento em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Torres, Amadeu (1982). *Noese e crise na epistolografia latina goisiana*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português.

Wicki, Joseph (1948). *Documenta Indica*, vol I. Romae: apud “Monumenta Historica Soc. Iesu”.

(Página deixada propositadamente em branco)